

28/fevereiro/2020

À: Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

À atenção dos Acionistas, Conselheiros e Administradores

Ref.: Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis nº 2036U-007-PB

Prezados senhores,

Pela presente, encaminhamos aos cuidados de V.Sas. o relatório do auditor independente acompanhado das demonstrações contábeis da Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Atenciosamente,

Edinilson Attizani
Sócio

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2019



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019 e 2018	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 - 12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP) Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.
Recife – PE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre e eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2020



Edinilson Attizani
CT CRC 1SP-293.919/O-7

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Balanços patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Notas	2019	2018	Passivo	Notas	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	7	4.049	4.173	Fornecedores		224	136
Contas a receber	8	1.238	466	Empréstimos e financiamentos	12	3.381	2.605
Tributos a recuperar		459	302	Arrendamento mercantil operacional	13	492	-
Despesas antecipadas		80	97	Tributos a pagar		158	189
Outros ativos		49	60	Salários e encargos sociais		363	355
Ativo circulante		5.875	5.098	Contribuição ao fundo sócio ambiental	14	686	579
				Outros passivos		194	346
				Passivo circulante		5.498	4.210
Contas vinculadas	9	7.785	7.894				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	3.505	3.286	Empréstimos e financiamentos	12	36.399	39.739
Despesas antecipadas		-	27	Arrendamento mercantil operacional	13	269	-
Outros ativos		198	169	Partes relacionadas	16	1.513	1.513
Direito de uso	11	727	-	Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	2
Imobilizado		179	222	Provisão para contingências	15	953	766
Intangível	10	64.816	67.849	Provisão de conserva especial	17	1.796	1.245
Ativo não circulante		77.210	79.447	Outros passivos		19	-
				Passivo não circulante		40.949	43.265
				Total do passivo		46.447	47.475
				Capital social	18	26.150	26.150
				Reserva de capital		2.618	2.618
				Reservas de lucros		7.870	8.302
				Patrimônio líquido		36.638	37.070
Total do ativo		83.085	84.545	Total do passivo e patrimônio líquido		83.085	84.545

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita líquida	18	15.050	15.283
Custo dos serviços	19	(8.898)	(9.854)
Lucro bruto		<u>6.152</u>	<u>5.429</u>
Gerais e administrativas	20	(4.191)	(4.381)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		2	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro, líquido		<u>1.963</u>	<u>1.048</u>
Resultado financeiro, líquido	21	(2.598)	(2.686)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(635)</u>	<u>(1.638)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	213	520
Prejuízo do exercício		<u>(422)</u>	<u>(1.118)</u>
Prejuízo básico por lote de mil ações no fim do exercício - R\$		(16,14)	(42,75)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Prejuízo do exercício	(422)	(1.118)
Resultado abrangente do exercício	<u>(422)</u>	<u>(1.118)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de lucros					Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de investimento	Reserva de incentivo fiscal		
Saldos em 1º de janeiro de 2018	26.150	2.618	529	7.937	954	-	38.188
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(1.118)	(1.118)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	26.150	2.618	529	7.937	954	(1.118)	37.070
Ajuste efeito IFRS 16	-	-	-	-	-	(10)	(10)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(422)	(422)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	26.150	2.618	529	7.937	954	(1.550)	36.638

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(635)	(1.638)
Ajustes		
Margem de construção	(3)	(8)
Atualização do ativo financeiro	-	(3)
Provisão para contingência	187	20
Provisão para conserva especial	551	605
Juros e variações monetárias, líquidas	3.265	3.432
Baixa de ativo imobilizado e intangível	21	-
Perda na baixa do Imobilizado e Intangível	-	142
Depreciação e amortização	3.813	3.372
	<u>7.199</u>	<u>5.922</u>
Variação dos ativos e passivos		
Contas a receber	(772)	426
Despesas antecipadas	44	(25)
Tributos a recuperar	(419)	(284)
Outros ativos	-	(45)
Contribuição ao fundo sócio ambiental	107	221
Fornecedores	88	(428)
Obrigações tributárias	229	226
Obrigações sociais e trabalhistas	8	46
Outros passivos	(133)	348
Caixa líquido proveniente das operações	<u>6.351</u>	<u>6.407</u>
Juros pagos	<u>(3.229)</u>	<u>(3.435)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>3.122</u>	<u>2.972</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Contas vinculadas	109	-
Adições ao imobilizado	(6)	(222)
Adições ao intangível	(260)	(877)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(157)</u>	<u>(1.099)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos (amortização de principal)	(2.562)	(2.636)
Baixas de arrendamento	(527)	-
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos	<u>(3.089)</u>	<u>(2.636)</u>
Redução de caixa e equivalentes de caixa	<u>(124)</u>	<u>(763)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.173	4.936
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>4.049</u>	<u>4.173</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. (“Rota dos Coqueiros” ou “Companhia”) é uma Sociedade de Propósito Específico (“SPE”), constituída em 15 de dezembro de 2006, que tem como objeto social, explorar, mediante concessão patrocinada, precedida de obras, o sistema viário composto pela praça de pedágio localizada no Município de Jaboatão dos Guararapes (Praça de Pedágio Barra de Jangada), pela ponte de acesso sobre o Rio Jaboatão, que interligará os Municípios de Jaboatão dos Guararapes e do Cabo de Santo Agostinho, pela via principal do Destino de Turismo e Lazer Praia do Paiva (“Via Parque”), a extensão concedida é de 6,5 km, que se inicia na referida ponte de acesso e segue até conectar-se com a via municipal Rua Dezessete, do Cabo de Santo Agostinho, na Praia de Itapuama; e pela praça de pedágio localizada no Município de Cabo de Santo Agostinho (Praça de Pedágio Itapuama). A Companhia tem por objeto ainda a prestação do serviço público de operação e atividades de apoio necessárias ao funcionamento da referida ponte e sistema viário.

As obras de execução da concessão tiveram início em janeiro de 2008 e foram concluídas em março de 2010, com início das operações em 11 de junho de 2010.

As atividades são realizadas com base no contrato de serviço de longo prazo assim classificados:

Objeto do contrato	Prazo	Poder Concedente
Exploração do sistema viário composto pela praça de pedágio de Jaboatão dos Guararapes, pela ponte de acesso sobre o Rio Jaboatão, pela via principal da Reserva do Paiva e pela praça de pedágio do Cabo de Santo Agostinho.	33 anos e 5 meses	Estado de Pernambuco

A Companhia é parte integrante da Organização Odebrecht (“Organização”), e controlada diretamente pela Odebrecht Rodovias S.A. (“ODB Rodovias”) e controlada indiretamente pela Odebrecht Transport S.A. (“OTP”).

A emissão dessas demonstrações contábeis da Companhia foi autorizada pela diretoria em 28 de fevereiro de 2020.

Investigações e medidas judiciais em andamento

Em dezembro de 2016, a Odebrecht SA., controladora indireta da Companhia, firmou acordo de leniência (“Acordo”) com o Ministério Público Federal (“MPF”) e autoridades dos EUA e Suíça, responsabilizando-se por todos os atos ilícitos que integram o objeto do mesmo, praticados em benefício dessas empresas, com exceção da Braskem S.A. que firmou acordo próprio. Em julho de 2018, a Odebrecht S.A. também celebrou o acordo de leniência com o Ministério da Transparência/Controladoria-Geral da União (“CGU”) e com a Advocacia-Geral da União (“AGU”), mediante o qual serão extintas as ações de improbidade e os processos administrativos no âmbito do Executivo Federal Brasileiro.

A Companhia possui compromisso de continuamente atuar com transparência e integridade, consistente com as melhores práticas mundiais de governança e com as leis, normas e regulamentos aplicáveis, bem como com as políticas, que zelam pela conduta baseada em princípios e valores éticos, e conta com um sistema de conformidade alinhado com as melhores práticas de mercado desde 2017.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Na medida em que a Companhia e nenhum administrador sofreu condenação, não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados do referido Acordo e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. A Administração neste momento entende que tais efeitos, se existentes, não deverão afetar significativamente a Companhia e, conseqüentemente, as suas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que a mesma possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nesse pressuposto.

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábeis-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, numerários em trânsito, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.3. Ativos financeiros

2.3.1. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos.

a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo.

b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

2.3.2. Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados subsequentemente pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos.

2.3.3. *Impairment* de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Para os ativos não financeiros que estão sujeitos à amortização, é feita uma revisão periódica pela Administração sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não foram registradas perdas de *impairment*, tanto para ativos financeiros, quanto para os não financeiros.

2.4. Contas a receber

As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e receitas acessórias, com prazo de recebimento inferior a 35 dias.

2.5. Despesas antecipadas

As despesas antecipadas, compostas por prêmios de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro.

2.6. Imobilizado

Compreende máquinas e equipamentos de informática e móveis e utensílios, não reversíveis ao poder público.

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

Os gastos com reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

2.7. Ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão

Os ativos intangíveis constituídos em decorrência do contrato de concessão são registrados conforme ICPC 01 - "Contratos de Concessão", item 17, à medida que a Companhia obtém o direito de cobrar dos usuários do serviço público e a orientação OCPC 5 desse mesmo Comitê.

O ativo intangível é avaliado pelo custo histórico somado a margem de construção, determinado pela receita estimada de formação da infraestrutura necessária para prestação dos serviços de concessão pública. Essa receita é estimada considerando os investimentos efetuados pela Companhia na aquisição, melhoria e formação da infraestrutura, incluindo custos dos empréstimos, e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de desenvolvimento da concessionária na formação do seu ativo intangível.

A amortização do ativo intangível foi realizada pelo método linear (prospectivamente) para o exercício de 2019 e 2018, a qual está limitada ao prazo final da concessão.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.8. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O Imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Impostos diferidos passivos são integralmente reconhecidos.

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data das demonstrações contábeis.

Em 22 de junho de 2012, conforme Ato Declaratório nº 113, a Companhia foi habilitada a operar de 1º de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2021 no regime de redução de 75% do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, registrada como reserva de lucro de forma a não distribuir esse valor como lucros ou dividendos aos sócios.

2.9. Provisão para conserva especial

A partir de 31 de dezembro de 2017, a Companhia passou a provisionar os gastos que serão incorridos com a manutenção da infraestrutura da rodovia nos próximos 10 (dez) anos (vida útil estimada), limitando ao prazo final da respectiva concessão. A Administração reconhece que essa mudança de estimativa é o que melhor reflete o reconhecimento dos impactos referentes aos gastos que serão incorridos em função da utilização da rodovia, sendo essa estimativa também utilizada pelas principais companhias do segmento.

2.10. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.11. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.12. Reconhecimento de receita

A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:

(i) Receita de serviço

As receitas provenientes de pedágios e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

(ii) Receita de construção

A receita de construção é reconhecida de acordo com o CPC 47, ICPC 01 e OCP 05, à medida que todas as obrigações de desempenho são satisfeitas ao longo do tempo. Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita. A receita é reconhecida sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão. A receita é reconhecida, acrescida da margem de 1,00% sobre os custos incorridos no período, apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratos.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou receita de construção conforme demonstrado a seguir:

	Receita de construção		Custo de construção		Margem de construção		Receita do ativo financeiro	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Direito da Concessionária	313	827	(310)	(819)	3	8	-	-
Ativo Intangível	-	-	-	-	-	-	-	3
Ativo financeiro (*)	-	-	-	-	-	-	-	3
	313	827	(310)	(819)	3	8	-	3

(*) Refere-se à atualização das contas a receber com o Governo do Estado de Pernambuco calculado com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), conforme previsto no contrato de concessão para a receita da Contraprestação Adicional à Tarifa (CAT) recebida mensalmente do Comitê do Programa Estadual de Parceria Público Privada (CGPE).

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iii) CAT

CAT é ativo financeiro constituído com base no ICPC 01 – “Contratos de Concessão”, em contrapartida a receita de construção e refere-se à contraprestação mensal paga pelo Poder Concedente conforme prazo contratual. O objetivo da CAT foi complementar o investimento na infraestrutura. Em junho de 2019, a CAT findou conforme fluxo de pagamento disciplinado no 1º Termo Aditivo do Contrato de Concessão.

(iv) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A Companhia somente apresenta receita de caráter financeiro, referente, basicamente, o rendimento de aplicação financeira.

2.13. Instrumentos financeiros

(i) Classificação e mensuração

O CPC 48 (IFRS 9) estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 (IAS 39) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio do resultado (VJR).

De modo geral, a classificação de ativos financeiros deve ser baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48 elimina as categorias antigas do CPC 38/ de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o CPC 48, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

(ii) Impairment de ativos financeiros

O CPC 48 substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38/por um modelo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais.

A Companhia aplicou os requisitos de redução ao valor recuperável do CPC 48 e não houve a necessidade de constituição da perda esperada de crédito nem de qualquer provisão adicional para redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2019.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.14. Receita de contrato com cliente

A Companhia adota o CPC 47 (IFRS 15) para reconhecimento das receitas de contrato, o qual estabelece um modelo de cinco etapas para avaliação, determinação e reconhecimento de receitas decorrentes de contratos com clientes, considerando que a receita somente será reconhecida quando o cliente obtiver o controle dos bens ou serviços, podendo ser em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo, consoante cada contrato e obrigação de desempenho com cliente, e por um valor que reflita a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

2.15. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

O *International Accounting Standards Board (IASB)* publicou ou alterou os seguintes pronunciamentos, aprovados pelo CPC:

- IFRS 16 (CPC 06 - R2) estabeleceu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06-R2 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06(AS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03(IFRIC 4) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A estimativa dos efeitos antes apresentada foi apurada considerando as isenções dos arrendamentos de curto prazo e de ativo de baixo valor e a abordagem simplificada de reconhecimento dos efeitos cumulativos em prejuízos acumulados, estabelecidas nos Itens 6 a 8, C10(c)(i), C5(b), C6 e C7 do CPC 06 (R2), determinando o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento correspondente, contidos nos contratos de arrendamentos operacionais elegíveis pela Companhia para aplicação da referida norma contábil (terrenos, veículos e outros), na qualidade de arrendatária, já que ela não possui contratos de arrendamento como arrendadora nem contratos de arrendamento financeiro como arrendatária.

Para os valores dos arrendamentos de curto prazo e de ativo de baixo valor será mantida a prática contábil de apuração e reconhecimento como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento.

Na elaboração das demonstrações contábeis, estão efetuadas todas as divulgações exigidas pelo CPC 06 (R2), conforme Notas Explicativas nºs 11 e 13.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- IFRIC 23 (ICPC 22): esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos dos tributos sobre o lucro.

A Companhia deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinadas, aplicando esta Interpretação.

A interpretação foi aprovada em 21 de dezembro de 2018 e entrou em vigência em 1º de janeiro de 2019.

Na avaliação da Administração da Companhia, não identificou impactos significativos na adoção desta interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento dos tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As demonstrações contábeis da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, apropriação de receita de serviços prestados, provisões necessárias para passivos contingentes, determinação da provisão para imposto de renda e outros similares que, não obstante, refletirem a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos resultados reais.

As estimativas e premissas, estão contempladas a seguir:

a) Determinação da amortização dos ativos intangíveis

A Companhia utiliza o método linear de amortização, a qual está limitada ao prazo da concessão (Nota Explicativa nº 10) ou vida útil efetiva, dos dois, aquele que vier primeiro.

b) Margem de construção

Na apuração do valor justo da receita de contratos de construção a Companhia utilizou o custo total incorrido, mais a margem de lucro estimada pela Administração.

A margem de construção foi definida considerando a divisão entre os custos de monitoramento e gestão despendidos pela companhia e o total de investimentos previstos, conforme fundamentado por avaliação da área de engenharia da Concessionária.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, reconheceu imposto de renda (IR) e contribuição social diferido (CSL). Na determinação desses montantes, foram utilizadas as alíquotas previstas para liquidação desses valores.

Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A estimativa de realização do IR/CSL diferidos está apresentado na Nota Explicativa nº 23.

d) Contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança e o passivo contingente é divulgado.

4. Gestão de risco financeiro

a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

Os principais instrumentos financeiros mantidos pela Companhia são as aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, contas a receber, fornecedores, financiamentos e saldos com acionistas.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais e ao risco de crédito decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em contas a receber.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em aplicações financeiras com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

d) Risco de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida, visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela Administração como de primeira linha.

5. Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e beneficiários às partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. E, para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, subtraído do montante de caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida, conforme demonstrado no balanço patrimonial.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumarizados:

	Nota	2019	2018
Total dos empréstimos e debêntures	12	39.780	42.344
Arrendamento mercantil operacional	13	761	-
Caixa e equivalentes de caixa	7	(4.049)	(4.173)
Contas vinculadas	9	(7.785)	(7.894)
Dívida líquida		28.707	30.277
Total do patrimônio líquido		36.638	37.070
Total do capital próprio e de terceiros		65.345	67.347
Índice de alavancagem financeira - %		44%	45%

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Instrumentos financeiros por categoria

	Nota	Ativos ao valor justo por meio do resultado		Ativos e passivos mensurados ao custo amortizado	
		2019	2018	2019	2018
Ativos, conforme o balanço patrimonial					
Caixa e equivalentes de caixa	7	-	-	4.049	4.173
Contas a receber e demais contas a receber	8	-	-	1.238	466
Contas vinculadas	9	7.785	7.894	-	-
		<u>7.785</u>	<u>7.894</u>	<u>5.287</u>	<u>4.639</u>
Passivos, conforme o balanço patrimonial					
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	39.780	42.344
Arrendamento mercantil operacional	13	-	-	761	-
Fornecedores		-	-	910	715
Outros passivos		-	-	213	346
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>41.664</u>	<u>43.059</u>

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Fundo de troco	42	44
Bancos conta movimento	13	134
Aplicações financeiras (i)	3.893	3.450
Numerários em trânsito (ii)	101	545
	<u>4.049</u>	<u>4.173</u>

- (i) Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresenta aplicações financeiras no montante de R\$ 3.893 (31 de dezembro de 2018 - R\$ 3.450). A Companhia mantém aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa, remunerados a taxa de 99% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Os recursos aplicados serão utilizados na melhoria da infraestrutura da rodovia.
- (ii) Saldo referente ao numerário de pedágio em trânsito e conferência até que o mesmo seja reconhecido efetivamente no caixa da Companhia como depósito em conta corrente no mês subsequente.

8. Contas a receber

	2019	2018
<i>Automatic Vehicle Identification</i> ("AVI")	226	214
CAT - parcela construção (i)	-	252
Demanda de risco (ii)	1.008	-
Receitas acessórias	4	-
	<u>1.238</u>	<u>466</u>

Em 31 de dezembro de 2019, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas esperadas na realização das contas a receber, uma vez que, os mesmos são recebidos dentro do prazo médio de 30 dias, em sua maioria das operadoras das etiquetas de pedágio eletrônico.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia possui o direito de receber mensalmente do Comitê Gestor do CGPE a CAT, que foi contratualmente concebida para garantir à concessionária caixa suficiente para fazer face aos:

- Custos de amortização e juros de financiamentos, relativos às obras de construção da Rodovia;
- Tributos devidos pela Concessionária;
- Atendimento das condições operacionais mínimas da Rodovia, das atividades de operação, manutenção e conservação.

- (i) Em junho de 2019, a CAT findou, conforme fluxo de pagamento do 1º Termo Aditivo do Contrato de Concessão. O saldo total em 31 de dezembro de 2018 - R\$ 252, registrado em contas a receber no ativo circulante e não circulante, representa a parcela da CAT atribuída à cobertura dos gastos relacionados aos serviços de construção da rodovia. O recebível foi medido inicialmente por seu valor justo e, subsequentemente, são reconhecidos os juros cumulativos sobre esse valor calculado utilizando o método dos juros efetivos menos as amortizações.
- (ii) Conforme cláusulas 28 do Contrato de Concessão e 4º Termo Aditivo do Contrato de Concessão assinado em 31/05/2019, ocorrendo variação de tráfego a menor na faixa de 70% a 90%, as correspondentes perdas de receitas de pedágio serão compartilhadas entre a concessionária e o Poder Concedente, na proporção de 50% (cinquenta por cento) para cada uma das partes. A Companhia, vem emitido mensalmente a fatura de demanda de risco para fins de recebimento do Comitê Gestor do Programa Estadual de Parceria Público Privada (CGPE).

9. Contas vinculadas

A Companhia mantém junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”) um fundo de liquidez representado por uma aplicação financeira, no montante de R\$ 7.785 (31 de dezembro de 2018 - R\$ 7.894), que corresponde a seis prestações de amortização do financiamento junto ao BNB, remunerados a taxa de 98% do CDI, com base na maior prestação pós-carência, do financiamento descrito na Nota Explicativa nº 12.

Essa aplicação foi efetuada como parte da garantia de cumprimento integral de todas as obrigações do referido financiamento. Ao final do contrato de financiamento este valor atualizado será restituído para a Companhia.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Intangível

a) Composição

	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	
			31/12/2019	31/12/2018
Intangível em infraestrutura (i)				
Edifícios e instalações	10.527	(2.605)	7.922	8.305
Hardware equipamentos de pedágio	353	(105)	248	310
Demais melhorias e ampliações	71.024	(17.558)	53.466	56.089
Desapropriações	2.707	(680)	2.027	1.992
Máquinas e equipamentos	468	(200)	268	292
Móveis e utensílios	16	(5)	11	13
Obras em andamento	840	-	840	806
	85.935	(21.153)	64.782	67.807
Outros intangíveis (ii)				
Softwares adquiridos de terceiros	70	(36)	34	42
	70	(36)	34	42
	86.005	(21.189)	64.816	67.849

(i) Referem-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao Poder Concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão.

b) Movimentação

	Infraestrutura	Intangível em andamento	Software, direitos de uso e outros	Total
Custo	84.876	806	63	85.745
Amortização acumulada	(17.875)	-	(21)	(17.896)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	67.001	806	42	67.849
Adições	219	34	7	260
Amortização (*)	(3.278)	-	(15)	(3.293)
Saldo contábil	63.942	840	34	64.816
Custo	85.095	840	70	86.005
Amortização acumulada	(21.153)	-	(36)	(21.189)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	63.942	840	34	64.816

(*) A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear até o prazo final da concessão.

11. Direito de uso

	31/12/2019
Reconhecimento inicial de direito de uso sobre arrendamento operacional	1.338
Baixa dos contratos de arrendamento operacional	(122)
Amortização dos contratos de arrendamento operacional	(489)
	727

A amortização está alocada nas rubricas “Custo de serviços” e “gerais e administrativos” na demonstração do resultado do exercício, conforme notas explicativas nº 20 e nº 21.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos e financiamentos

	Moeda	Encargos financeiros anuais	31/12/2019	31/12/2018
Banco do Nordeste	R\$	Juros de 9,5% a.a.	39.780	42.344
			<u>39.780</u>	<u>42.344</u>
Passivo circulante			3.381	2.605
Passivo não circulante			36.399	39.739

Em 27 de dezembro de 2007, a Companhia firmou contrato de financiamento com o BNB, no montante de R\$ 52.900, e complementado no montante de R\$ 13.852 no dia 2 de dezembro de 2009, a serem providos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), no âmbito do programa FNE-PROINFRA, destinado ao financiamento de recursos para a realização de investimentos na implantação do Projeto Praia do Paiva, concessão estadual na forma de Parceria Público-Privada na modalidade patrocinada, que trata da construção e operacionalização do trecho rodoviário que interliga os Municípios de Cabo de Santo Agostinho e Jaboatão dos Guararapes.

O prazo de pagamento do empréstimo contratado é de dezesseis anos, havendo bônus de adimplência de 15%. Desde 27 de janeiro de 2012, a Companhia vem amortizando mensalmente o empréstimo, principal e juros.

Em 19 de junho de 2017, foi assinado o segundo aditivo de rerratificação ao contrato de financiamento de n.º 44.2009.6042.1846, firmado em 02 de dezembro de 2009, teve como finalidade alterar o vencimento final repactuando para 27 de novembro de 2029, ou seja, ampliação do prazo contratual em 24 (vinte e quatro) meses, como também carência de 12 (doze) meses do valor principal, de março de 2017 a fevereiro de 2018. Além de demonstrar um novo fluxo de amortização do principal da dívida que foi readequado até o final do contrato.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia liquidou parcelas do BNB no montante de R\$ 5.793, sendo R\$ 2.562 de amortização do principal e R\$ 3.231 de amortização de juros.

(i) Garantias

O contrato de financiamento com o BNB prevê como garantia, penhor de ações ordinárias da Companhia e direitos emergentes do Contrato de Concessão, vinculação de recebíveis, fundo de liquidez em conta reserva e cessão de direitos creditórios.

(ii) Principais compromissos assumidos ("Covenants")

A Companhia está sujeita à cláusulas de "covenants" dos quais restringem, dentre outros itens, sofrer protestos de dívida, suspender imotivadamente as operações, aplicar irregularmente os recursos, pedir recuperação judicial/ extrajudicial, dentre outros.

As cláusulas restritivas dos contratos de financiamento foram cumpridas pela Companhia em 31 de dezembro de 2019.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Prazo de vencimento

Os montantes com vencimento em longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
2020	-	3.340
2021	4.845	4.845
2022	5.074	5.074
2023	5.253	5.253
2024	5.458	5.458
2025	5.027	5.027
2026 em diante	<u>10.742</u>	<u>10.742</u>
	<u>36.399</u>	<u>39.739</u>

13. Arrendamento mercantil operacional

A Companhia avaliou sua carteira de contratos e identificou contratos com componentes de arrendamento, que está dentro do escopo de aplicação do CPC 06 (R2).

O reconhecimento inicial considerou a taxa de juros anual obtida utilizando como critério a taxa média de captação que é de 5,75% a.a.

	<u>2019</u>
Reconhecimento inicial	1.250
Apropriação de juros	38
Baixa dos contratos	<u>(527)</u>
	<u>761</u>
Passivo circulante	492
Passivo não circulante	269

14. Contribuição ao fundo sócio ambiental

O Fundo criado pela Companhia, conforme disposição contratual, lastreado com recursos decorrentes da receita de pedágio superior ao previsto no Edital de Concorrência obedecendo faixas de compartilhamento, cuja utilização é exclusiva para os projetos de gestão social e ambiental.

Em 31 de dezembro de 2019, o montante destinado à contribuição ao fundo sócio ambiental é de R\$ 686 (31 de dezembro de 2018 - R\$ 579).

15. Contingências e provisões para causas judiciais

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia tem ações de causas indenizatórias no valor de R\$ 953 (31 de dezembro de 2018 - R\$ 766) classificadas como de perda provável, referente a processos de desapropriação e cível, considerando os valores encontrados nos laudos periciais, os quais são utilizados para fixação em sentença, baseado na expectativa dos seus assessores jurídicos externos.

A Companhia também tem ações de natureza tributária, trabalhista, cível e administrativa envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante estimado de R\$ 654 (31 de dezembro de 2017 - R\$ 3.050).

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Partes relacionadas

	2019	2018
Contas a pagar		
Odebrecht Participação e Investimentos S.A.	497	497
	497	497
Dividendos a pagar		
Construtora Norberto Odebrecht S.A.	9	9
Odebrecht Rodovias S.A.	753	753
Vento Sul Participações LTDA.	254	254
	1.016	1.016
Total	1.513	1.513

Durante o exercício de 2019, não ocorreu a quitação dos dividendos reconhecidos no exercício de 2017. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia propôs dividendos calculados nos termos da Lei das Sociedades por Ações e Estatuto Social da Companhia, sendo R\$ 152 para ODB Rodovias, R\$ 52 para Vento Sul e R\$ 2 para CNO.

a) Honorários da Administração

A remuneração total paga aos Administradores no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, totalizou R\$ 434 (31 de dezembro de 2018 - R\$ 299).

17. Provisão de conserva especial

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresenta o saldo de R\$ 1.796 (31 de dezembro de 2018 - R\$ 1.245) referente a provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura. A provisão foi constituída considerando os investimentos previstos no contrato de concessão para o primeiro ciclo de investimentos no período de 10 anos, descontados a valor presente, com taxas de 10,8% a.a. e apropriados pelo prazo de concessão de 33 anos e cinco meses. As referidas provisões são consideradas suficientes pela Administração no intuito de suprir as manutenções futuras.

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital social da Companhia está representado da seguinte forma:

	Quantidade de ações ordinárias	Capital social	
		31/12/2019	31/12/2018
Construtora Norberto Odebrecht S.A.	226.873	227	227
Odebrecht Rodovias S.A.	19.385.740	19.385	19.385
Vento Sul Participações Ltda..	6.537.541	6.538	6.538
	26.150.154	26.150	26.150

b) Reserva de capital

O montante de R\$ 2.618 refere-se à cisão parcial do patrimônio líquido da controladora indireta OTP, composto, em parte, pelo seu investimento na Companhia e respectivo ágio fundamentado em perspectiva de resultados futuros, passível de amortização para fins tributários, a qual foi incorporada pela Companhia, sem qualquer aumento ou modificação na composição do seu capital social.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Destinação do lucro

Consoante legislação brasileira, as importâncias apropriadas à reservas de lucros são determinadas como descrito a seguir:

(i) Reserva de Incentivo Fiscal (art. 195-A da Lei nº 6.404/76)

Consoante Ato Declaratório Executivo nº 113, de 22 de junho de 2012, a Companhia é beneficiária do Regime de Redução de 75% do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, com início em 1º de janeiro de 2012 e término em 31 de dezembro de 2021, na forma do artigo 1º da MP nº 2.199-14/2001, com redação dada pelo art. 32 da Lei 11.196/2005 e nova redação dada pelo art. 69 da Lei 12.775/2012, conforme Laudo Constitutivo nº 0026/2012, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, constante do processo administrativo fiscal nº 10480.724052/2012-15.

Referido benefício está limitado exclusivamente à atividade de exploração do sistema viário, conforme Contrato de Concessão Patrocinada com o Governo do Estado de Pernambuco (Contrato CGPE-001/2006), do setor de infraestrutura - transporte, definido como prioritário para o desenvolvimento regional, conforme art. 2º, Inciso I do Decreto nº 4.213/2002, com início do prazo de vigência em 1º de janeiro de 2012 e término em 31 de dezembro de 2021.

(ii) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. A Companhia não destinou montante em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

(iii) Reserva de investimento

A reserva de investimento refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao plano de investimento da Companhia. A Companhia não destinou montante em 31 de dezembro de 2019 e 2018, em virtude da apuração de prejuízos nos exercícios.

(iv) Dividendos propostos

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações contábeis da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos da referida lei, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197 da Lei das Sociedades por Ações, como segue:

Estas demonstrações contábeis refletem apenas os dividendos mínimos obrigatórios, dispostos no Estatuto Social da Companhia, de 25% do lucro líquido ajustado. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada pelos acionistas.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Receita líquida

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita de construção ICPC 01-R1 (i)	313	827
Receitas em numerário	10.918	10.584
Receitas de AVI ("Automatic Vehicle Identification") (ii)	2.538	2.227
Receitas de Contraprestação – CGPE (iii)	1.717	3.334
Receitas acessórias	129	106
Demanda de risco (iv)	1.008	-
Atualização do ativo financeiro - ICPC 01	-	3
Receita bruta	<u>16.623</u>	<u>17.081</u>
Receita operacional	16.310	16.254
Tributos sobre serviços de operação	(1.416)	(1.412)
Outras deduções	(157)	(386)
Receita líquida	<u>15.050</u>	<u>15.283</u>

- (i) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Companhia reconheceu R\$ 313 e R\$ 827, respectivamente, como receita de obras de infraestrutura, nos termos da interpretação técnica ICPC 01 – Contratos de concessão.
- (ii) Oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento - AVI são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas mensalmente para os usuários via empresa especializada.
- (iii) Conforme cláusulas contratuais, a Companhia, após o término das Obras de implantação da rodovia, passou a ter direito de receber mensalmente do CGPE, CAT, que findou em junho de 2019 conforme fluxo de pagamento disciplinado no 1º Termo Aditivo de Contrato de Concessão;
- (iv) Conforme cláusulas 28 do Contrato de Concessão e 4º Termo Aditivo do Contrato de Concessão assinado em 31/05/2019, ocorrendo variação de tráfego a menor na faixa de 70% a 90%, as correspondentes perdas de receitas de pedágio serão compartilhadas entre a concessionária e o Poder Concedente, na proporção de 50% (cinquenta por cento) para cada uma das partes. A Companhia, vem emitido mensalmente a fatura de demanda de risco para fins de recebimento do Comitê Gestor do Programa Estadual de Parceria Público Privada (CGPE).

20. Custo dos serviços

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Depreciação e amortização	(3.701)	(3.298)
Custos com pessoal	(1.790)	(2.034)
Gastos gerais	(348)	(672)
Serviços de terceiros	(1.642)	(2.093)
Seguros	(83)	(82)
Provisão para conserva especial	(786)	(709)
Materiais	(238)	(147)
	<u>(8.588)</u>	<u>(9.035)</u>
Custo de construção ICPC 01-R1 (i)	(310)	(819)
	<u>(8.898)</u>	<u>(9.854)</u>

- (i) Os custos de construção referem-se aos custos apurados e registrados, tomando-se por base as orientações contidas na Instrução Técnica ICPC 01 e OCPC 05.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Despesas gerais e administrativas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Despesas com pessoal	(2.388)	(2.645)
Serviços de terceiros	(960)	(882)
Depreciação e amortização	(106)	(81)
Materiais e equipamentos	(174)	(147)
Despesa com veículos	(22)	(53)
Despesas com viagens	(34)	(24)
Gastos gerais	(507)	(549)
	<u>(4.191)</u>	<u>(4.381)</u>

22. Resultado financeiro, líquido

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(3.227)	(3.432)
Juros sobre atraso	(1)	(2)
Arrendamento mercantil operacional	(38)	-
Outras	(61)	(41)
	<u>(3.327)</u>	<u>(3.475)</u>
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	697	760
Outras	32	29
	<u>729</u>	<u>789</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(2.598)</u>	<u>(2.686)</u>

23. Imposto de renda e contribuição social diferidos

a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ativo não circulante		
Prejuízo fiscal e base negativa	1.421	847
Provisão para conserva especial	617	429
Ajuste de adoção inicial (art. 69 da lei 12.973)	1.219	1.279
Despesas pré-operacionais	118	363
Benefício fiscal (ágio) (i)	778	1.040
	<u>4.153</u>	<u>3.958</u>
Margem de construção	(648)	(672)
ISS, PIS/Pasep e Cofins diferidos	-	(2)
	<u>(648)</u>	<u>(674)</u>
Tributos diferidos líquidos		
Tributos diferidos ativos	4.153	3.958
Tributos diferidos passivos	(648)	(674)
	<u>3.505</u>	<u>3.284</u>

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) De acordo com as práticas, a Companhia, com base em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu crédito tributário sobre o valor do ágio a ser amortizado para fins tributários, em função da incorporação de parte do acervo líquido de sua até então Controladora Odebrecht Transport Participações S.A., nos termos do que prevê a legislação tributária aplicável. O saldo em 31 de dezembro de 2019 está demonstrado da seguinte forma:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	2.289	3.059
Provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido	(1.511)	(2.019)
Total do benefício fiscal	<u>778</u>	<u>1.040</u>

A Companhia optou por apresentar o valor do ágio deduzido de “Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido”.

A Companhia constituiu essa provisão, no montante da diferença entre o valor do ágio e do benefício fiscal decorrente da sua amortização para fins tributários. Essa provisão é revertida na proporção que o ágio vai sendo amortizado, sendo que a reversão é lançada na mesma conta em que o ágio é amortizado, representando a amortização do respectivo ativo fiscal também em linha com as práticas contábeis atuais.

A expectativa da Administração da Companhia quanto à realização total dos créditos fiscais constituídos sobre os prejuízos fiscais acumulados, a ser amortizado para fins tributários, está prevista para ocorrer da seguinte forma:

<u>Ano</u>	<u>Prejuízo fiscal e base negativa</u>	<u>Benefício fiscal (ágio)</u>	<u>Total</u>
2021	-	262	262
2022	159	262	421
2023	207	254	461
2024 em diante	1.055	-	1.055
	<u>1.421</u>	<u>778</u>	<u>2.199</u>

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, e outras variações, não existe uma correlação imediata entre o resultado da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização destes créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Resultado antes dos impostos	(635)	(1.638)
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) às alíquotas nominais (34%)	216	557
Outros	(3)	(37)
Efeito IR e CSLL no resultado	213	520
IR e CSLL corrente	213	520
IR e CSLL diferido	-	-
	<u>213</u>	<u>520</u>

24. Contratos

c) Contrato de concessão

Contrato firmado em 28 de dezembro de 2006 entre o CGPE e a Companhia, tendo como objeto a exploração do sistema viário composto pela praça de pedágio de Jaboatão dos Guararapes, a ponte de acesso sobre o Rio Jaboatão, a via principal da Reserva do Paiva e a praça de pedágio do Cabo de Santo Agostinho, precedida de obras, mediante a prestação de serviço pela concessionária pelo prazo de 33 anos e 5 meses, podendo ser prorrogado até o máximo de 35 anos para garantir o prazo mínimo de 30 anos de exploração, a partir da data de assinatura do contrato, cujo valor de receita estimado é de R\$ 143.203.

O Contrato poderá ser rescindido por iniciativa da Companhia, no caso de descumprimento pelo Poder Concedente de suas obrigações contratuais.

25. Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos.

A Companhia mantém seguros de risco de engenharia e garantia de término de obra e responsabilidade civil, relativos a danos pessoais de caráter involuntário causados a terceiros e danos materiais a bens tangíveis, assim como para riscos de incêndio, queda de raio, danos elétricos, fenômenos naturais e explosão de gás. A cobertura contratada é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades, conforme quadro abaixo:

<u>Modalidade</u>	<u>Vigência até</u>	<u>Cobertura</u>
Garantia Concessões Públicas	21/05/2020	777
Seguro de Risco Operacional	26/06/2020	100.000
Responsabilidade Civil	29/12/2021	50.000
Responsabilidade Administradores - D&O	01/07/2020	15.000
Veículos da Frota	30/09/2020	1.000

Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela Administração da Companhia.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Eventos Subsequentes

A Odebrecht Rodovias S.A., acionista controladora da Companhia, está em fase final de negociação de venda da sua participação no capital social da Companhia. O Contrato de Compra e Venda de Ações já foi firmado com a parte interessada e a conclusão da negociação está sujeita a satisfação de algumas condições precedentes, dentre elas, aprovações junto ao Poder Concedente, aos acionistas minoritários da Odebrecht Transport S.A. e a determinados credores.

* * *